



Órgão Oficial Eletrônico - 3278
Campo Mourão - Quarta-feira - 26/11/2025

- III - 01 (um) representante da Secretaria de Controle Urbano e Fiscalização;*
- IV - 01 (um) representante da Secretaria de Infraestrutura, Segurança e Mobilidade Urbana;*
- V - 01 (um) representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente;*
- VI - 01 (um) representante da Associação Regional dos Engenheiros e Arquitetos - AREA;*
- VII - 01 (um) representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - CREA;*
- VIII - 01 (um) representante do Conselho Municipal da Cidade;*
- IX - 01 (um) representante do Curso de Engenharia Civil da UTFPR - Campo Mourão;*
- X - 01 (um) representante dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo presenciais em Campo Mourão;*
- XI - 01 (um) representante do Curso de Agronomia do Centro Universitário Integrado;*
- XII - 01 (um) representante do Curso de Engenharia Civil do Centro Universitário Integrado;*
- XIII - 01 (um) representante do Curso de Engenharia Ambiental da UTFPR - Campos Campo Mourão;*
- XIV - 01 (um) representante do setor imobiliário indicado pelo Conselho Regional de Corretores de Imóveis, através do representante do escritório de Campo Mourão;*
- XV - 01 (um) representante da Ordem dos Advogados, Subseção de Campo Mourão;*
- XVI - 01 (um) representante do Corpo de Bombeiros de Campo Mourão;*
- XVII - 01 (um) representante do Conselho Municipal de Arquitetura e Urbanismo;*
- XVIII - 01 (um) representante da Câmara de Vereadores de Campo Mourão."*
- Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "10 DE OUTUBRO"

Campo Mourão, 26 de novembro de 2025

João Douglas Fabrício - **Prefeito Municipal**

LEI Nº 4947

De 26 de novembro de 2025.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a alienar, mediante a realização de procedimento licitatório na modalidade de Leilão Público, os imóveis que menciona, e dá outras providências.

O **PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO**, Estado do Paraná, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar os imóveis relacionados no Anexo Único desta Lei, após prévia avaliação e mediante realização de procedimento licitatório de Leilão Público.





Órgão Oficial Eletrônico - 3278

Campo Mourão - Quarta-feira - 26/11/2025

§ 1º A referida alienação será efetivada de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 2º Para a aplicação da presente Lei, o Executivo utilizará os Laudos de Avaliação encaminhados em anexo à Mensagem Justificativa, para atribuição dos valores mínimos iniciais, bem como as matrículas e os mapas de localização dos imóveis.

§ 3º O critério de julgamento será o de maior lance e a forma eletrônica será preferencial, admitida a realização presencial ou híbrida, conforme previsto no Edital.

Art. 2º O Edital de Leilão conterá, no mínimo:

- I - A descrição dos imóveis, com referência às matrículas/registros;
- II - Os valores das avaliações e os preços mínimos;
- III - As condições de pagamento (à vista ou parcelado), garantias e prazos;
- IV - Os ônus, gravames, débitos e responsabilidades do arrematante (inclusive ITBI, emolumentos, tributos e demais despesas);
- V - As regras de visitação, lances, desempate, adjudicação e assinatura dos instrumentos.

§ 1º A publicidade observará, no mínimo, a divulgação do inteiro teor no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, com publicação de extrato no Órgão Oficial do Município, sem prejuízo de outros meios de ampla divulgação.

§ 2º Poderão habilitar-se na aquisição dos bens imóveis objeto de alienação pessoas físicas ou jurídicas, exceto aquelas que o Edital de Licitação restrinja a participação.

Art. 3º Não havendo êxito na primeira rodada do leilão, o Poder Executivo poderá promover reofertas sucessivas com reduções escalonadas dos preços mínimos, observado o limite global de 30% (trinta por cento) sobre o valor das avaliações, condicionadas a:

- I - Motivação técnica quanto à vantajosidade;
- II - Atualização ou convalidação dos laudos, quando necessário;
- III - Manutenção das demais condições editalícias pertinentes.

Art. 4º A alienação poderá ocorrer com pagamento à vista ou parcelado, conforme Edital, observados, no caso de parcelamento:

- I - Entrada mínima, número máximo de parcelas e índice de atualização;
- II - Garantias adequadas (hipoteca, alienação fiduciária ou outras admitidas);
- III - Rescisão e perda de valores em caso de inadimplemento, na forma editalícia.

Art. 5º O leilão será conduzido por Leiloeiro Público Oficial, nos termos do Chamamento Público nº 001/2021.

§ 1º A comissão do leiloeiro, fixada em 5% (cinco por cento) sobre o valor do lance vencedor, será suportada pelo arrematante, nos termos da legislação aplicável, sem ônus ao Município.

§ 2º Caberá ao leiloeiro, dentre outras atribuições previstas em contrato e no Edital, auxiliar na minuta do Instrumento Convocatório, realizar a ampla divulgação, receber lances (preferencialmente em meio eletrônico), emitir a nota de venda e prestar contas nos prazos estabelecidos.





Órgão Oficial Eletrônico - 3278
Campo Mourão - Quarta-feira - 26/11/2025

Art. 6º Os recursos provenientes das alienações poderão ser, total ou parcialmente, destinados à PREVICAM como aporte financeiro, observada a legislação aplicável.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL “10 DE OUTUBRO”

Campo Mourão, 26 de novembro de 2025

João Douglas Fabrício - **Prefeito Municipal**

ANEXO ÚNICO

RELAÇÃO DOS IMÓVEIS PARA ALIENAÇÃO

	Lote	Quadra	Loteamento/Bairro	Matrícula	Cartório
1	12-B	24	Jardim Paulista	44.118	2º CRI
2	10	4	Jardim Paulista 3ª Parte	27.947	2º CRI
3	2	4	Jardim Santa Nilce II	28.389	1º CRI
4	11	4	Jardim Santa Nilce II	28.393	1º CRI
5	11	A	Jardim Tropical II	16.636	2º CRI
6	10	8	Jardim Pio XII	29.361	1º CRI
7	15	9	Jardim Pio XII	18.321	1º CRI
8	10	128	Centro	59.886	1º CRI
9	14	27	Jardim Aeroporto	28.055	2º CRI
10	5-REM	8	Jardim Tropical	35.659	2º CRI
11	6	2	Jardim Novo Campo	45.337	1º CRI
12	7	2	Jardim Novo Campo	45.338	1º CRI
13	8	2	Jardim Novo Campo	45.339	1º CRI
14	9	2	Jardim Novo Campo	45.340	1º CRI
15	10	2	Jardim Novo Campo	45.341	1º CRI

LEI Nº 4948

De 26 de novembro de 2025.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a doar o imóvel que especifica ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), para a implantação de habitações de interesse social, destinadas à execução do Programa Minha Casa Minha Vida, e dá outras providências.

O **PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO**, Estado do Paraná, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, Fundo de recursos públicos gerido pela Caixa Econômica Federal, regido pela Lei Federal nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, para a implantação de habitações de interesse social, destinado à execução do Programa Minha Casa Minha Vida, o imóvel abaixo descrito:

